



O índio na iconografia enciclopédica: uma análise discursiva

José Horta Nunes

(LABEURB-NUDECRI/UNICAMP)

Tenho procurado compreender os discursos de uma série de enciclopédias publicadas no Brasil durante o século XX*; para isso, proponho, neste trabalho, analisar as imagens do verbete “índio” em três enciclopédias desse período, a saber:

1. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1936-1960. (a partir de agora, GEPB);
2. *Enciclopédia Brasileira Mérito*. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre/Recife: Editôra Mérito S. A., 1967 [1959]. (a partir de agora, EBM)
3. *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta S. A., 1972. (a partir de agora, GEDL).

Analisar o discurso enciclopédico sobre o índio leva a observar a posição do sujeito enciclopédico. Na análise de discurso, sujeito e sentido constituem-se ao mesmo tempo: falar sobre o índio é também significar a posição do enciclopedista que projeta imagens dele nos verbetes. Uma vez que cada enciclopédia do *corpus* foi publicada em determinada conjuntura do século XX, temos em vista as transformações de sentidos de índio de uma a outra obra.

No Brasil, desde a descoberta e a colonização, com relatos de viajantes, de colonos, de missionários, de cientistas, de indigenistas etc., há uma tendência de que o índio seja significado pelo outro¹. Considerando-se que as formações discursivas não são blocos homogêneos; e que o “outro” é uma “lei do espaço social e da memória histórica”, um “princípio do real histórico”, como afirma Pêcheux (1990,

* Este trabalho está relacionado ao projeto “Discurso enciclopédico no Brasil: história e autoria”, com o apoio do CNPq (Processo: 303005/2013-0), cujo objetivo é compreender o aparecimento de um discurso enciclopédico no Brasil no século XX e suas transformações em uma série de enciclopédias desse período

1 Cf. Orlandi, 1990; e Mariani, 2004.



p. 55), sabe-se que no discurso do *um* está presente o discurso do *outro*, e assim, no real, não é possível separar, de modo estrito, o discurso do índio do discurso sobre o índio que incide sobre ele e do qual ele busca distinguir-se², identificar-se etc.. Ao questionarmos os sentidos dos textos imagéticos, estamos também procurando entender essa tensão entre o *um* e o *outro*, entre o índio e seus “outros”, tal como ela se dá na historicidade do discurso.

Discurso não-verbal e verbal: análise da iconografia indígena

A análise do discurso não-verbal consiste em um dos direcionamentos de pesquisa empreendidos na análise de discurso no Brasil. Partimos aqui das reflexões de Pêcheux (1999), de Orlandi (1995) e de Souza (2013). Segundo essa perspectiva, o não-verbal apresenta uma materialidade própria que não está subordinada ao discurso verbal, embora esteja sujeito a seus efeitos: não se atribui uma primazia do verbal sobre o não-verbal, como se fosse necessário o verbal para a interpretação do não-verbal. O não-verbal significa de acordo com sua materialidade, e, em cada caso, considera-se essa especificidade, importando, também, considerar a relação entre o verbal e o não-verbal no funcionamento discursivo. Quanto às imagens de índios, ao analisar fotos de grupos indígenas numerosos e em movimento capturadas por Kurt Nimuendaju, Souza (2013, p. 299) afirma que “enquanto gestos discursivos, as fotos são bem mais que simples flagrantes. São relatos históricos, mas que não encerram a história em imagens congeladas”. Nesse sentido, as imagens serão consideradas aqui não enquanto objetos empíricos, mas como materialidades que produzem gestos de interpretação, que funcionam como operadores de memória.

Em nosso recorte de análise, supomos que há um discurso iconográfico enciclopédico sobre o índio que se constitui na história. Temos considerado que tal discurso apresenta-se em diferentes materialidades, tanto não-verbais (gravuras, desenhos, fotos, gráficos, esquemas, vídeos, etc.) quanto verbais (legendas, títulos, descrições, observações iconográficas em prefácios, textos teóricos etc.). Além disso, é imprescindível considerar as relações intertextuais e interdiscursivas que participam da produção desse discurso. Quando a imagem é vista como “ilus-

2 Ao abordar a produção textual de professores indígenas Sateré-Mawé em situação de ensino bilíngue, M. A. Honório mostra que há uma retomada do léxico indígena (ou de origem indígena) nos textos que eles produzem em português. Diante dessa “outra língua” (o Tupi antigo, gramatizado anteriormente em textos, gramáticas, dicionários e que retorna nos manuais bilíngues atuais), há um certo estranhamento em que o índio não se reconhece na língua que é dita sua (Novas leituras sobre o Brasil: a construção de um saber lexical no processo de escolarização indígena. In: J. H. Nunes, M. Petter (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. Campinas: Pontes, São Paulo: EDUSP, 2002, p. 163-190).



tração” de um verbete, pressupõe-se certa relação entre o texto imagético e o texto verbal. Ao mesmo tempo, a imagem muitas vezes evoca não sentidos identificados no texto verbal a que está anexa, mas, sim, filiados a uma memória discursiva, aos já-ditos (interdiscurso), e é nesse jogo entre intertexto e interdiscurso que os discursos imagéticos se constituem.

Em nosso recorte dos verbetes “índio”, as imagens aparecem em três situações diferentes, a saber:

- a) Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1936-1960), o texto do verbete não apresenta imagem, porém, pelas pistas verbais (descrições físicas dos corpos, obra citadas), reconhecemos o discurso iconográfico em uma obra antropológica e etnológica do mesmo período. Assim, realizamos um *trabalho de arquivo* (PECHEUX, 1994; ORLANDI, 2003; NUNES, 2006; GARCIA, 2011), que permitiu localizar obras relacionadas ao discurso do verbete e selecionar uma delas para compor o *corpus*.³
- b) Na *Enciclopédia Brasileira Mérito* (1967), há uma imagem, um desenho que foi analisado na sua relação com o texto do verbete e também enquanto um *operador de memória social*, ou seja, como algo que, conforme Pêcheux (1999), coloca em jogo, na passagem do visível ao nomeado, fatos de discurso que se inscrevem na memória histórica.

Na *Grande Enciclopédia Delta Larousse* (1972), encontramos um painel de fotos, que também foi analisado em sua materialidade específica e na relação com o texto e com o discurso do verbete. Relacionamos a série de fotos ao processo de individualização do sujeito, ou seja, observamos tais imagens como um modo de significar os sujeitos índios no jogo entre indivíduo e sociedade.

Em todos os casos, pareceu-nos importante mostrar de que modo o índio é significado em sua subjetividade, ligada à língua e à história. Mobilizamos para

3 Agradeço a Tânia Clemente de Souza por ter aceito minha visita ao Museu Nacional (UFRJ), no Rio de Janeiro, em novembro de 2015, junto ao Laboratório de Discurso, Imagem e Som (LABEDIS), a fim de realizar pesquisas nos acervos, nas exposições e entrar em contato com pesquisadores e alunos, especialmente para discutir o discurso sobre o índio e a relação entre o verbal e o não-verbal. Por seu intermédio, e em colaboração com Bethania Mariani, do Laboratório Arquivo do Sujeito (UFF), realizei uma palestra na Universidade Federal Fluminense sobre o trabalho em andamento, que reuniu pesquisadores dos dois laboratórios. O presente artigo resultou em grande medida dos resultados dessa visita e das reflexões que daí surgiram para a compreensão do discurso iconográfico enciclopédico. Agradeço igualmente a Bethania Mariani e seus alunos pela generosa acolhida e pelas questões que me levaram a rever alguns pontos e aprofundar alguns caminhos de análise.



essa análise o conceito de *processo de constituição do sujeito* (ORLANDI, 2012, p. 213-234), que leva em conta diferentes momentos da interpelação ideológica, a saber, o da individu(aliz)ação do sujeito pelo Estado (forma-sujeito histórica) e o da identificação do sujeito individuado com a formação discursiva em sua vinculação ao interdiscurso (processo de identificação). Veremos que na análise das imagens enciclopédicas estão presentes diferentes configurações dos processos de subjetivação do índio, quer na sua relação com o Estado (forma-sujeito, discurso de formação do país), quer na sua relação com determinadas formações discursivas (identificações no discurso de descoberta e colonização, no discurso científico antropológico e etnográfico, no discurso socioeconômico etc.).

Enciclopédia e língua: a polissemia de *índio* na GEPB

No século XX, o discurso enciclopédico ganha no Brasil uma dimensão importante com a publicação de enciclopédias estrangeiras traduzidas e adaptadas e com uma produção local. Ao se disseminarem, as enciclopédias que abordam temas brasileiros incluem verbetes sobre os índios e, para isso, selecionam um ou mais campos de saber em circulação. Que efeitos de sentido se produzem quando o saber sobre o índio, de um lado, torna-se cada vez mais especializado em vários domínios de saber, e de outro, começa a circular mais amplamente, por meio de textos de divulgação como as enciclopédias?

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, com um projeto que reúne portugueses e brasileiros, incorpora temas que não são tratados em outras enciclopédias já existentes. Ela objetiva atentar para a especificidade desses países, com atenção para certas áreas de saber, tal como se nota nesta sequência do prefácio da BEPB:

Esta enciclopédia foi originalmente editada, em uma iniciativa conjunta entre Portugal e Brasil, entre 1936 e 1960, em Lisboa e Rio de Janeiro, pela Editorial Enciclopédia Limitada. São XX volumes, além de um “dicionário da língua comum de portugueses e brasileiros”, essa enciclopédia ilustrada apresenta, em cada parte (portuguesa e brasileira), verbetes sobre história, corografia, biografia, elementos da flora e fauna, direito, etc. (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1936-1960)

Dentre os verbetes da GEPB que abordam temas brasileiros estão os relativos aos sujeitos que habitam o país, tal como o verbe “índio”. Vamos iniciar nossa análise por



esse verbete, que, como dissemos anteriormente, apresenta apenas um texto verbal, sem a presença de imagens. Em seguida, falaremos sobre o trabalho de arquivo que levou à identificação de material iconográfico a partir do texto verbal do verbete.

O verbete índio da GEPB é composto de duas seções. A primeira apresenta, por meio de quatro acepções, significações linguísticas da palavra “índio”. Consideramos essa primeira sequência como a parte linguística da enciclopédia, já que ela é marcada pela explicitação de categorias da língua (*nome, adjetivo*). A segunda seção do verbete, encabeçada por uma marca de especialidade (“ANTROP”), remete ao campo da antropologia, seguido de um longo texto composto de uma introdução seguida de duas partes (Índios da Ásia, Índios da América). Consideramos essa segunda seção como a parte enciclopédica do verbete.

Vejamos a sequência inicial do verbete (não exibimos o texto inteiro devido à sua grande extensão, mas, durante a análise, mostraremos as sequências selecionadas):

ÍNDIO³, adj. Relativo à Índia, o mesmo que indiano: “A tribuna republicana do presidente estava salpicada de sangue real... D. Maria Pia: a duquesa de Aosta, cunhada do rei de Itália... e depois um príncipe índio, Eça de Queirós, Ecos de Paris, cap. 4, p. 50. ¶ S. M. Natural ou habitante da Índia: “dois índios” cegos, ouvindo a fama de que havia chegado àquelas partes uma gente nova, que trazia poder de fazer os homens filhos de Deus, vieram desde as entranhas do Sertão”, Manuel Bernardes, Os últimos Fins do Homem, I, 3, 5, p. 28; “beijos pálidos em parte escondidos por um bigode cortado à maneira dos Índios”, Andrade Corvo, Um Ano na Côrte, II, cap. 26, p. 94. ¶ Adj. E s. m. Nome que deu Cristóvão Colombo aos indígenas da América-do-Norte por julgar que tinha alcançado a Índia pelo Oeste, designação que se tem conservado. Entretanto, para evitar confusões, é mais usual dizer indiano com referência à Índia: tribo índia do Brasil; os Índios selvagens; “Denunciavam para logo as feições daquele homem o misto do sangue africano e do sangue índio, Mendes Leal, Mestre Marçal, cap. 2, p. 94; “Este povo, esta República, este Estado não se pode sustentar sem Índios, Antônio Vieira, Sermões, XII, 13, § 4, nº 353, p. 331; “Nesse âmbito imenso, além da casa senhorial, alastravam colmados de escravos, índios e negros, ou tamarus”, Coelho Neto, O Rajá de Pendjab, II, 2, cap. 1, p. 7. ¶ Bras. Do S. Empregado de fazenda, peão gaúcho. (Cf. Roque Callage, Vocabulário Gaúcho, s. v.).

Começamos pela seção linguística. Das quatro acepções presentes, duas referem-se ao espaço da Índia, uma ao espaço norte-americano e uma ao Brasil, de modo que a polissemia da palavra “índio” desdobra-se nesses espaços territoriais, nos quais os sujeitos estão inseridos. No caso da Índia, há uma dupla significação: a do país (Índia) e a do habitante do país (*indiano*). Nota-se também





que nessas duas primeiras definições (“Relativo à Índia, o mesmo que *indiano*”; “Natural ou habitante da Índia”), o espaço nacional aparece de modo evidente como um espaço já dado, sem indicação ou de um discurso de descoberta ou de um de fundação.

O *indiano* pode ser aí um “habitante” ou um “natural”, enquanto que o índio norte-americano da terceira definição nunca é nomeado como “habitante”, mas somente como “natural” (“indígena”), além de aparecer como resultado de uma ação de descoberta por Cristóvão Colombo, em um discurso fundador: o espaço aí não aparece como evidente, mas sim como determinado por uma ação externa, de descoberta, da qual resulta a nomeação. Ainda na terceira acepção, há uma tentativa de desambiguação, visto que índio pode significar tanto o “indiano” quanto o “índio americano” (“indígena”): “para evitar confusões, é mais usual dizer *indiano* com referência à Índia: tribo índia do Brasil; os Índios selvagens”. É interessante notar que essa definição inaugura o que podemos chamar de um “erro de pessoa” ou de um “erro de lugar”, fazendo com que a nomeação do índio americano, tal como repetido na história, esteja sujeito a uma instabilidade fundadora, a essa duplicidade dêitica de lugar e de pessoa. Observe-se ainda que nessa reformulação há uma nomeação relativa exclusivamente ao território brasileiro (“índios selvagens”), o que leva à construção de um cenário silvícola em que o índio é posicionado.

A quarta e última acepção traz outra caracterização do sujeito índio, desta vez no espaço brasileiro: “*Bras. Do S. Empregado de fazenda, peão gaúcho*”. Trata-se de um brasileirismo do Sul do país (“gaúcho”), cujo espaço é especificado como de uma “fazenda”, em uma conjuntura em que a população brasileira era predominantemente rural. Temos aí o índio no trabalho das fazendas, significado pelo discurso econômico: o índio inserido na sociedade brasileira (e não o *selvagem*), possivelmente como empregado relativo à posição do colono. A dupla nomeação, “empregado” e “peão”, além de indicar a relação trabalhista e o nome da ocupação, atesta também a distinção entre trabalho formal e informal, que caracteriza uma série de definições de sujeitos trabalhadores no espaço rural desde o século XIX.⁴

Em síntese, prevalecem nessas primeiras acepções de “índio” as palavras definidoras “natural” ou “indígena”, “habitante” e “empregado”, bem como a es-

4 Para análise de definições de uso no campo, ver Nunes (2004, pp 211-8).



pacialidade nacional (“Índia”, “Brasil”), continental (“América do Norte”) ou local (“fazenda”). Além do discurso geográfico (país, continente, localização), de origem (“natural”, “indígena”) e populacional (“habitante”), a última acepção introduz o discurso socioeconômico no espaço rural (“empregado”, “peão”).

Voltando ao objetivo de analisar o discurso iconográfico e sabendo-se que esse verbete não apresenta imagens, operamos o conceito de interdiscurso para identificar discursos iconográficos relacionados a esse verbete. O discurso sobre a Índia poderia remeter a uma série extensa de imagens daquele país, assim como a palavra “indiano”, significando o natural ou o que é habitante da Índia evocaria séries de imagens de sujeitos indianos. O mesmo pode ser dito a respeito das acepções de “empregado de fazenda”, de “peão”, de “índios da América do Norte”, da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo etc.. Porém, vamos nos limitar a fazer um recorte, buscando analisar a seguir o discurso iconográfico na parte enciclopédica do verbete.

Discurso enciclopédico científico: percurso pelas imagens da antropologia

A GEPB, assim como as outras duas enciclopédias que analisamos neste trabalho, ao apresentarem nos verbetes uma seção linguística e uma enciclopédica, delimitam espaços discursivos distintos. No caso da seção linguística, que viemos de analisar, trata-se de um discurso sobre a língua, sobre as categorias gramaticas e sobre os sentidos de suas acepções. Já no caso do componente enciclopédico, trata-se de um discurso sobre o conhecimento, sobre sua forma de organização em campos de saber, em ciências, em disciplinas, em conceitos, em obras, em instituições etc..

No verbete índio da GEPB, o campo de saber mobilizado é o da antropologia. Na introdução da parte enciclopédica, marcada pelas iniciais dessa área (ANTROP.), nota-se a retomada da polissemia da palavra índio, já exposta na parte linguística, relacionada, dessa vez, à variação dos “grupos raciais”:

ANTROP. A palavra índio, no ponto de vista antropológico, tem um significado tão vasto que, a bem dizer, pouco específica, pois pode envolver povos pertencentes aos mais variados grupos raciais. Por índios designam-se os habitantes da península indostânica, da ilha de Ceilão e ainda os indígenas do Novo Continente. Êstes foram assim chamados pelos cronistas de Cristóvão Colombo que, ao descobrir a América, julgando ter atingido a Índia, se supôs

em presença de verdadeiros índios, ao estabelecer contato com os primeiros indígenas da América Central. Também, por vezes, se lhes dá o nome de ameríndios, para uma mais fácil distinção. (...) (Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1936-1960)

O que temos nessa introdução da seção ANTROP. é uma leitura das acepções já apontadas na seção linguística, que envolvem localidades, questão da origem e da habitação, discursos de descoberta etc., mas, dessa vez, todos esses sentidos ficam relacionados aos “povos” e aos “grupos raciais”. São os conceitos da antropologia que nesse momento dão sentido aos sujeitos “índios”. Assim, a introdução enciclopédica situa os sentidos de índio no interior da ciência antropológica, e tal gesto tem um retorno sobre todas as acepções já enumeradas, fazendo com que o discurso enciclopédico, por sobreposição, por paráfrase, por reformulação, por acréscimo, dê sentido à série de acepções anteriormente arroladas, mas, dessa vez, dentro de outro regime de regularidade: a do discurso científico.

No discurso antropológico, está em jogo a classificação dos povos, das raças (o “xadrez étnico”), e é esse o tema percorrido por toda a sequência enciclopédica. Para isso, são mobilizados alguns conceitos, dentre os quais, “raça”, “sistematização racial”, “primitivo”/“civilizado”, “influência”, “condicionamento étnico”, “estudo comparativo dos caracteres somáticos”, “tipo”, “população”, “mestiçagem”, “característica social”, “estabilidade étnica”. Observa-se no verbete a predominância do discurso antropológico físico, que toma como critério os “caracteres somáticos” que levam a identificar os povos e as raças, tal como nesta passagem:

As características normais que apresenta o Ameríndio, isto é, a pele amarelo-escuro; cabelos negros, lisos e espessos; pilosidade reduzida, olhos escuros; nariz forte e algumas vezes aquilino; malares proeminentes; boca larga; mesognatas; índices rádio-humeral e cruro-femural idênticos em todos os grupos, mas intermédio entre os Brancos e os Negros; etc.; etc., podem apresentar uma grande variância, tornando imperfeito o critério sistemático que os agrupa em grandes regiões.”.

Em seguida, é citada a classificação de Eikstedet e Biasutti, compreendendo 10 sub-raças: *colúmbidas*, *plânidas*, *sonóridas*, *apaláchidas*, *pueblo-ândidas*, *ístmidas*, *amazónidas*, *pâmpidas*, *lágidas* e *fuégidas*. Desse modo, há uma descrição de caracteres somáticos gerais para o ameríndio, seguida de uma classificação das variações em 10 sub-raças, sempre “baseada nos caracteres físicos”, como vemos na descrição dos amazónidas: “estatura (155 a 166); moderadamente dolicomorfos; robustos, mus-



culosos e com o tórax largo e arqueado. Estendem-se por tôda a bacia do Amazonas (Parecis, Nambiquaras, Caiapós, Paratintins, etc.)” (GEPB, 1936-1960, p. 711).

No entanto, as classificações não se limitam aos critérios físicos. São citados também, de modo breve e ao final das seções, classificações com base em critérios “culturais” e de “organização social”, as quais estabelecem uma distinção entre os “povos superiores” e os primitivos, como nesta descrição dos Índios da América:

No aspecto cultural, os Índios da América apresentam, à data do descobrimento, uma grande diversidade. Enquanto que uns, como os Mayas e os Aztecas e os Incas, se mostravam uns povos superiores, especialmente no ponto de vista de organização social, como já se disse, outros do centro do Brasil e da terra-do-Fogo, conservam-se, ainda hoje, em Plena Idade da Pedra Polida. É curioso o facto de na América-do-Sul, quanto mais se caminha para o Sul, mais primitiva surge a cultura da população. (GEPB, 1936-1960, p. 712)

A descrição, como se vê nesse verbete, trabalha com duas noções: a de diversidade cultural e a de grau de civilização, com a distinção entre o civilizado e o primitivo, entre o superior e o inferior. O social (seu modo de organização) está associado à concepção civilizatória ocidental.

No final do verbete são indicadas três referências bibliográficas consultadas para a elaboração do verbete: “Bibliografia – Entre a numerosa bibliografia, consulte-se: Biasutti, *Razze e popoli della Terra*, Torino, 1941; Deniker, *Les races et les peuples de la Terre*, Paris, 1926; Montandon, *La race, les races*, Paris, 1933, etc.” (GEPB, 1936-1960, p. 712). Identificamos nessas obras da antropologia e da etnografia imagens que significam as mesmas regularidades encontradas no discurso sobre o índio da parte enciclopédica do verbete da GEPB: classificação das raças, descrições de caracteres físicos e somáticos, distribuição das raças conforme regiões geográficas, critérios complementares como os culturais e os sociais.

Vejamos, logo a seguir, algumas imagens presentes no livro *Les races et les peuples de la Terre*, de J. Deniker (1926), um dos livros citados no verbete da GEPB. O formato de retrato, de frente e de perfil, mostrando rostos sem adornos, deixa expostos os caracteres físicos do sujeito. A pose naturalizada, assim como o preto-e-branco da foto, são traços do discurso científico objetivo e sem artificialidade. A vestimenta leve do índio do rio Japurá com alguma “civilização” ou a nudez natural do índio do Xingu marca igualmente o olhar etnográfico:





Fig. 333 e 334



Fig. 335. - Bakairi, tribu Caribe du Haut Xingou. (Phot. Ehrenreich.)

Na introdução do livro de Deniker (1926), o autor propõe apresentar um “quadro sistemático de todos os povos da Terra” e, para isso, estabelecer uma certa “ordem” no estudo dos “agrupamentos humanos”, das “variações no tipo físico, na linguagem, nos hábitos e nos costumes”:

Les innombrables groupements humains, massés ou éparpillés suivant les régions, à la surface de notre planète, sont loin d’offrir un tableau homogène. Autant de pays, autant de variations dans le tupe phisique, le langage, les moeurs et les coutumes. Aussi, pour présenter un tableau sustématique de tous les peuples de la terre, faut-il apporter un certain ordre dans l’étude de ces variétés et bien définir ce que l’on entend par tel ou tel terme descriptif, se rapportant soit au type physique, soit à la vie sociale des Humains. C’est ce que nous allons faire dans les chapitres qui vont suivre, à mesure que nous développerons l’aperçu très abrégé des principaux faits généraux de l’avie physique et psychique de l’homme et des phénomènes sociaux les plus saillants que nous offrent les groupements humains.

Il y a cependant des termes généraux qui priment les autres et au sujet desquels il faut s’entendre dès le début. Nous voulons parler des expressions comme celles de “peuple”, “nation”, “tribu”, “race”, “espèce”, bref toutes les désignations des différents groupements réels ou théoriques d’êtres humains. En les définissant, nous définirons par cela même l’objet de nos études.

Depuis que l’ethnographie et l’anthropologie existent comme sciences, on a cherché à déterminer les grands groupements entre lesquels se partagerait l’humanité. L’accord est loin de regner cependant entre les savants, non seulement em ce qui concerne le nombre de ces groupements, de ces “divisions primordiales” du genre humain, mais encore et surtout, en ce qui regarde leur nature même.” (DENIKER, 1926, p. 9-10)



Depois de abordar a questão da homogeneidade/heterogeneidade, do “tipo” e da “variação”, trabalhando-se a relação entre o um e o múltiplo, é interessante notar uma mudança de direção argumentativa, introduzida pelo operador “cependant” (“Il y a cependant des termes généraux qui priment les autres et au sujet desquels il faut s’entendre dès le début”). Do jogo entre “tipo” e “variação” passa-se para a certeza da significação dos termos (“il faut s’entendre”), com a “primazia” da transparência da língua, o que é apontado como uma das condições da definição do “objeto” da ciência. Cada termo teria sua significação específica, o que permitiria dar conta tanto da variação quanto da regularidade tipológica do ser humano. Dos “agrupamentos humanos” em sua diversidade, até a “espécie” definida por certos traços “típicos”, os termos (“povo”, “nação”, “tribu”, “raça”, “espécie”) significam diferentes níveis de complexidade dos agrupamentos, e, para isso, há o reconhecimento de “divisões primordiais” do gênero humano, que caracterizariam sua própria “natureza”. Desse modo, diante das discordâncias sobre as classificações, a língua ideal da ciência surge como aquilo que vem garantir as certezas científicas, sustentando os discursos antropológicos e etnográficos.

Junto à clareza da língua e dos termos, as imagens surgem também como garantias da cientificidade, e aí notamos uma marca do discurso iconográfico ligado às ciências antropológicas e etnológicas da época. O livro de Deniker traz em seu interior, conforme se vê indicado na página de rosto, 340 figuras. Ainda que os termos coletivos prevaleçam nas descrições (“agrupamentos”, “povos”, “nação”, “tribu”), são as imagens individuais, no formato retrato, que são mais presentes para a caracterização das espécies, são elas que permitem a observação dos caracteres físicos do sujeito em sua unidade típica.⁵ Na introdução, salienta-se a importância científica dessas fotografias “autênticas”, ao ponto de se fazer identificar as fotos aos povos:

Les figures destinées à expliquer et à compléter le texte ont été choisies avec un grand soin. Sauf trois ou quatre exceptions, les “types” des différents peuples sont des photographies de sujets bien authentiques, souvent observés et mesurés par des savants compétents ou par moi-même.

5 Quanto a isso, vale observar a diferença em relação a imagens captadas pelo linguista e etnólogo Kurt Nimuendajú, estudadas por Tânia C. de Souza. São fotos em que índios aparecem em grande número e reunidos em conjunto, significando a coletividade de uma etnia, em um enquadramento que aponta para o movimento: “Entretanto, o que surpreende é o enquadre, exemplos de planos gerais e panorâmicos de grandes grupos em movimento, que revelam, do ponto de vista discursivo, a atenção do pesquisador à importância do flagrante”. Em oposição aos retratos fixados o movimento aponta para um futuro (“Não são fotos estáticas – nem mesmo na maioria que classifico como retratos –, posadas. São instantâneos que projetam para um futuro ainda distante”) (SOUZA, 2013, p. 299).





J'attache trop d'importance à l'*illustration exacte et raisonnée* des ouvrages anthropologiques pour ne pas saisir l'occasion de remercier très sincèrement les établissements et les personnes qui ont bien voulu me prêter des clichés ou des photographies.

Ce sont: Le Muséum d'histoire naturelle, la Société et l'École d'anthropologie de Paris, l'Institut anthropologique de Grande-Bretagne, le Musée de l'Inde à Londres, l'Institution Smithsonian de Washington; MM. Le Dr Beddoc de la Société Royale de Londres, le prince Roland Bonaparte, Chantre, le Dr R. Collignon, le Dr F. Delisle, le Dr Ehrenreich et ses éditeurs, le Dr Lopicque, Otis Mason, le Dr Soren Hansen, Stephen Sommier, les Dr P. et F. Sarasin et leur éditeur C. Kreidel de Wiesbaden, le Dr Tem kate, Thurston; Milles Godden et Werner." (DENIKER, 1926, p VIII, préface à la première édition de 1900)

O enunciado "ilustração exata e razoada" evoca o trabalho iconográfico racional do discurso enciclopédico sustentado na razão, nas ciências⁶, o que, no caso das imagens, leva a considerá-las como materiais imprescindíveis para a observação dos sujeitos. Também há a remissão às instituições que permitiram a coleta das imagens e sua publicação no livro: museus, escolas, sociedades científicas, personalidades, editores, dentre outros. Percebem-se aí as condições científicas e institucionais de um trabalho de arquivo envolvendo a relação das imagens com os textos e com os discursos; e uma iconografia científica que liga imagens, conceitos, termos, descrições, classificações para a significação dos sujeitos.

Mas a língua e as imagens podem permanecer opacas, e as classificações por vezes não funcionam tão bem, como se nota neste retrato de uma mulher Bororo, vista na legenda como pertencendo a um grupo "não classificado".

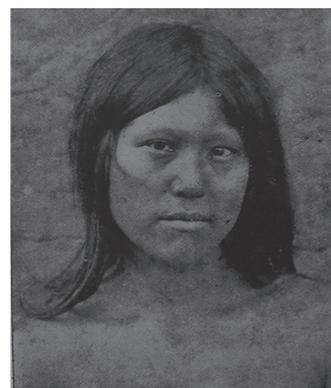


Fig. 337. Femme Bororo (peuplade non classée de Matto Grosso). (Phot. Ehrenreich.)

Na busca de uma classificação, aqueles que ainda não receberam nome, que não estão inscritos na linha das famílias e das espécies, não são significados como sujeitos: "Mais em dehors de ces peuples classes, les plateaux de mato Grosso sont

⁶ Vemos em M. Pinault que, já no século XVIII, quando a *Encyclopédie* francesa é publicada, ocorre, mais acentuadamente na segunda metade do século, um estreitamento da relação entre as ciências e as imagens (na ocasião, desenhos e gravuras): "Les volumes de planches s'inscrivent dans le mouvement intellectuel et dans la diffusion de la culture au XVIIIe siècle. Les liens entre les sciences et le dessin s'accroissent dans la seconde moitié du siècle" (PINAULT, 1993, p. 71).





occupés par d'autres groupes ethniques dont on ne connaît pas bien encore les affinités et dont les plus importantes sont les Karaya, les Troumaï et les Bororo (DENIKER, 1926, p. 685). É um dos modos de esse discurso antropológico e etnográfico produzir um apagamento da história do índio, de sua subjetividade.

Para concluir esta seção, diremos que, da prática científica ao texto enciclopédico, as imagens que significam o índio trazem os traços de uma memória em que elas constituem-se como garantias do “tipo” humano, com os traços que permitem a identificação das espécies, dos povos, das nações. O fato de tais imagens não aparecerem no verbete da GEPB não impede que se observem funcionamentos intertextuais e interdiscursivos. Assim, uma vez reestabelecidos os trajetos de memória que apontamos, poderíamos considerar na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira um processo de esquecimento: se, por um lado, o texto imagético não é divulgado e, portanto, não circula em certo espaço-tempo internacional (Brasil-Portugal), por outro lado, o discurso iconográfico funciona aí como interdiscurso, como uma memória disponível a ser mobilizada como filiação discursiva.

Da ciência à arte na EBM: o desenho do índio ideal formador da nação

O verbete índio da *Enciclopédia Brasileira Mérito* apresenta texto verbal e também uma imagem: o desenho de um casal de índios que caminham por uma floresta. Na página de rosto da enciclopédia, assinala-se a preocupação com as imagens, particularmente com os desenhos: “Com milhares de desenhos a traço, ilustrações, muitas a cores, um atlas universal completo e mapas dos Estados e Territórios do Brasil” (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO, 1967). A presença do “desenho a traço” no verbete indica outra forma de significar pelo não-verbal. Diferentemente do caso do discurso antropológico e etnológico, para o qual a fotografia estava imersa na ciência, sustentando sua disciplinarização, o desenho não satisfaz às exigências empíricas do retrato, que explicita os traços humanos em sua transparência e em sua exatidão. O traço do desenho cria contornos ideais, constrói perspectivas, efetua jogos de luz e de sombra pela mão do artista. Há uma passagem da ciência e da documentação à arte, a uma criação ligada aos ideais da nação que se buscava enaltecer, por meio de um imaginário do índio forte e heroico, combatente que, ou na floresta ou na civilização, lutava pelas nações.





A EBM, publicada pela primeira vez em 1959 pela Editora Mérito, está inserida em um movimento de nacionalização das enciclopédias no Brasil, filiando-se a tentativas anteriores, como as de Mário de Andrade (1993) e de Alarico Silveira (1958), porém, com uma efetivação maior, visto que aquelas não chegaram à conclusão: a de Mário de Andrade restringiu-se a um projeto, e a de Alarico Silveira ficou na letra A. Segundo os editores da EBM:

Durante muito tempo os editores consideraram que, assim como outros países possuem enciclopédias em seu próprio idioma e organizadas especialmente para eles, devia também o Brasil dispor de uma obra desse gênero escrita no idioma corrente e dando o devido realce a figuras brasileiras, tornando-se digna do padrão cultural e intelectual desta grande nação.

Nas Notas dos Editores (ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO, 1967), o discurso enciclopédico configura como objeto a “nação” e, para isso, leva em conta que o Brasil é um país de “tão larga extensão territorial, tão precários meios de comunicação e população tão diluída e esparsa”. Em vez de uma proximidade dos autores e das obras, como vimos na GEPB, aqui a distância entre o divulgador e o cientista é maior, ao passo que se dá importância à “informação”, à “forma concisa, a fim de não cansar o leitor com detalhes desnecessários e que certamente não interessam senão aos especialistas de cada assunto”. Há um direcionamento de tornar “acessíveis ao povo noções claras, minuciosas e corretas sobre tudo o quanto possa porventura interessar à sua curiosidade”. E com esse intuito a enciclopédia adota uma perspectiva pragmática, tendo em vista “o homem moderno, curioso, mas apressado”. Ela visa, além da “instrução”, o “lazer” e o “recreio”.

Com a valorização da difusão mais ampla, da informação, da concisão e da clareza, as remissões aos autores e às obras são substituídas pela figura de um divulgador que coloca em dúvida as descobertas e os procedimentos das ciências, estabelecendo uma distância em relação às instituições científicas, questionando o discurso acadêmico e, ao mesmo tempo, construindo as vias para o discurso de formação da nação, de maneira que o índio passa a desempenhar um papel importante na construção do país. Com isso, surgem dois objetos de discurso decisivos para a reformulação da imagem do índio: o sentido de “extinção” dos povos primitivos, dos nativos, e o de “participação”, de “influência” na formação da nação.



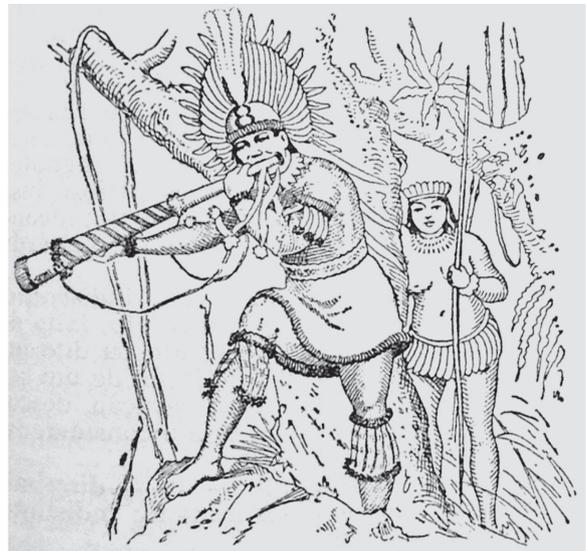


Vemos o verbete em toda sua extensão:

ÍNDIO, adj. E s. m. – De Índia, n. p. De, ou relativo a, Índia; indiano. / S. m. O aborígine da América, encontrado pelos primeiros descobridores europeus. / Bras. Peão gaúcho empregado nas estâncias; indivíduo corajoso, disposto. / Bras. De Alagoas . Variedade de papagaio de papel que se solta ao vento. / Bras. Do Rio Grande do Sul, Valentão. / Numism. Antiga moeda de prata do tempo de D. Manuel cunhada em memória do descobrimento da Índia. / S. m. pl. Habitantes da Índia; indianos, hindus; habitantes da América; indígenas, selvagens.

ENCICL. É bastante controvertida a origem dos índios americanos. O nome foi-lhes dado por Cristóvão Colombo que, tendo chegado à América, julgou haver atingido a Índia. Alguns autores consideram-nos como pertencentes à raça mongoloide. Segundo eles, teriam passado da Ásia para o continente americano, em fins do quaternário, atravessando o estreito de Bering. Segundo outros autores, teria havido também migração das ilhas da polinésia para a América.

Outros ainda consideram a existência de duas raças de índios: a paleameríndia e a neoameríndia, esta englobando quase todos os índios atuais. Cita-se, em favor dessa divisão, o fato de que o homem fóssil de Lagoa Santa constitui um tipo especial. O continente americano era habitado, à data de seu descobrimento, por povos que hoje estão muito reduzidos numericamente ou mesmo extintos. Somente no centro da América do Sul, na Terra do Fogo e no Canadá encontram-se algumas tribos em estado primitivo; as demais cruzaram-se com os povos colonizadores. As características normais dos índios americanos são: pele amarelo-escura; cabelos negros, lisos e abundantes; olhos escuros; nariz forte, algumas vezes aquilino; boca larga; malares salientes; mesógnatos; pilosidade do corpo reduzida; índices crurofemoral e rádio-humeral idênticos em todos os grupos, sendo intermediários entre os dos brancos e negros. Sua classificação se torna difícil, pois apresentam grande variabilidade somática. Os esquimós, que são a tribo mais setentrional, habitam as regiões litorâneas do oceano Glacial Ártico; os atabascas habitavam a região compreendida entre a baía de Hudson e as montanhas Rochosas; os iroqueses e algonquinos, a bacia do Mississipi; os chamados índios pueblos ou moquia-



Índio guaicura armado para combate



nos desempenharam um papel importante nas lutas travadas contra os brancos, que procuravam colonizar o continente. No território dos Estados Unidos vivem atualmente cerca de 230.000 índios, reduzidos às reservas e geralmente muito influenciados pela civilização. Foi ao longo da costa do Pacífico, do México ao Chile, que se estendeu a região de maior cultura índia. Os maias e astecas, No México, e os incas, chibchas e outros, no Peru e Bolívia, atingiram grau de civilização relativamente elevado. As Antilhas eram habitadas pelos caraíbas; o Oriente da América do Sul, pelos tupis; parte do Brasil Central, pelos tapuias; o Paraguai e o oeste brasileiro, pelos guaranis; o Chile, pelos araucanos; o Sul do continente, pelos patagões e fueguinos. Existem ainda várias classificações mais pormenorizadas. Embora sejam poucas as tribos indígenas que ainda vivem em estado completamente primitivo sem qualquer influência da civilização dos brancos nem mistura étnica, os índios imprimiram características próprias a diversos países da América latina, influenciando consideravelmente a Arte, as tradições populares, o traje, a língua popular, etc. No Paraguai, por exemplo, o povo fala o guarani, ainda que mesclado de termos e formas castelhanas. As diferentes tribos indígenas tiveram um papel preeminente na história dos países latino-americanos. A colonização espanhola caracterizou-se por uma luta de extermínio, movida pelos invasores contra os aborígenes, embora, mais tarde, os jesuítas procurassem frequentemente subtraí-los à fúria dos colonizadores. No Paraguai, os jesuítas chegaram a organizar os índios numa espécie de Estado teocrático. No Brasil, a colonização também se processou com muitas lutas entre colonizadores e nativos e uma ação dos catequizadores jesuítas, semelhante à exercida nos países de dominação espanhola. Em poucos séculos, no entanto, os indígenas foram dizimados, ora pelos colonizadores, em lutas de conquista de territórios, ora por epidemias surgidas em consequência do contato com o europeu. Somente em época recente foram tomadas medidas governamentais de proteção aos índios, ficando então tais serviços sob a supervisão do famoso sertanista general Rondon. Calcula-se que, por ocasião do descobrimento, o Brasil deveria ter de um a dois milhões de índios; estima-se a atual população com cerca de 150.000. Apenas uma parte desses índios tem sido recenseada: 45.019 em 1950, enquanto o recenseamento de 1940 atingiria quase 60.000. (*Enciclopédia Brasileira Mérito*, 1967)

A parte linguística do verbete retoma vários sentidos presentes desde a GEPB: relativos a “Índia”, a “indiano”, a “peão gaúcho”, a “empregado nas estâncias”, a “hindus”, a “habitantes da América”, a “indígena”. Note-se que foram acrescentados alguns sentidos que vão em direção seja a objetos que fazem parte dos hábitos da nação (“variedade de papagaio”), seja a uma rede sinonímica de sentidos morais de um “indivíduo corajoso, disposto”, “valentão”. Podemos considerar tais acréscimos como indícios da construção da imagem de um índio forte, que participa de modo combativo da construção da nação em diferentes situações.



Na parte enciclopédica, é notável o modo de enunciação que constrói as distâncias imaginárias entre o divulgador enciclopédico e as fontes do saber. A cena inicial é a de uma grande controvérsia: “É bastante controvertida a origem dos índios americanos”. Em seguida, os cientistas são mencionados somente pelo nome genérico de “autores”, sem especificação dos nomes de autor, das instituições a que estão ligados e dos conceitos que utilizam: “Alguns autores consideram-nos como (...). Segundo eles, teriam passado da Ásia (...). Segundo outros autores, teria havido (...). Outros ainda consideram (...). Cita-se, em favor dessa divisão, o fato de (...)”. Tal distância entre os locutores divulgadores e as fontes citadas faz com que o discurso científico seja falado por vozes anônimas, em dúvidas, e com que as condições de produção da ciência sejam silenciadas. Enquanto isso, as coisas-a-saber no mundo de urgência pragmática não deixam de ser enunciadas, e, quando isso ocorre, não aparecem controvérsias ou modalizações: “As características normais dos índios americanos são: pele amarelo-escuro; cabelos negros, lisos e abundantes (...)”, de modo que o tipo geral ou “normal” aparece ao modo da transparência ao passo que a variabilidade é duvidosa (“Sua classificação se torna difícil, pois apresentam grande variabilidade somática”).

Na sequência do verbete, percebe-se um deslocamento de sentido que efetua uma passagem da descrição física e classificatória para o discurso de formação dos países, das nações. O índio aparece aí não como um representante da espécie, mas como participante da civilização (“influenciados pela civilização”, “atingiram grau de civilização relativamente elevado”), das lutas contra os colonizadores brancos (“os chamados índios pueblos ou moquianos desempenharam um papel importante nas lutas travadas contra os brancos, que procuravam colonizar o continente”) e da formação dos Estados-nação: “os índios imprimiram características próprias a diversos países da América latina, influenciando consideravelmente a Arte, as tradições populares, o traje, a língua popular, etc.”, “As diferentes tribos indígenas tiveram um papel preeminente na história dos países latino-americanos”. A relação com o Estado também se mostra com as práticas de proteção ao índio que ganham destaque nesse verbete: “No território dos Estados Unidos vivem atualmente cerca de 230.000 índios, reduzidos às reservas”, “Somente em época recente foram tomadas medidas governamentais de proteção aos índios, ficando então tais serviços sob a supervisão do famoso sertanista general Rondon”.

Desse modo, seja como reservas étnicas e culturais de uma população sobrevivente, seja como participantes da civilização e dos Estados nacionais, os índios empreendem suas lutas nas várias situações que se apresentam. Nesse sentido, a imagem dos índios no desenho artístico, em uma floresta exuberante, com vestimentas típicas e adornos, carregando armas e com a legenda “índio guaicuru





armado para combate”, significa esse sujeito típico que, primitivo da floresta ou conquistador de territórios e nações, é um bravo lutador em movimento, como em uma narração de feitos gloriosos. E é essa imagem, mais do que a imagem fixada das descrições detalhadas e exatas de seus caracteres físicos em sua diversidade étnica, que são ressaltadas no discurso iconográfico.

Identidade do índio: comunidade cultural e sociedade na GEDL

A *Grande Enciclopédia Delta Larousse*, publicada em 1972, surge em um período de internacionalização enciclopédica, quando editoras estrangeiras realizam projetos no Brasil, resultantes de traduções e de adaptações, como se pode notar no prefácio da obra:

Tradução, adaptação e ampliação da última edição inteiramente revista e atualizada da *Encyclopédie Larousse Methodique* PR Paul Augé Librairie Larousse, Paris, 1964.

Mais de 40% do conteúdo são de autoria nacional e matéria inédita, 20% são constituídos de assuntos adaptados, atualizados e ampliados, e somente 40% é que foram transpostos para a língua portuguesa com os indispensáveis retoques que se impunham a tradutores amigos da exatidão e da verdade dos fatos. (Iva Walsberg Bonow, março de 1960, prefácio da primeira edição, 1964).

Ao selecionarmos para análise a GEDL, percebemos uma sensível mudança na iconografia. As imagens a cores e a tecnologia gráfica chamam a atenção, como consequências das transformações tecnológicas da fotografia e da impressão gráfica. Além do constante objetivo de atualização das enciclopédias, nota-se também um direcionamento maior para a “formação cultural” da América Latina:

Em complemento às 12.000 fotos originais, foi feito um completo levantamento fotográfico e cartográfico do Brasil, e, das milhares de fotografias especialmente realizadas, foram selecionadas mais cerca de 6.000. Tal riqueza iconográfica não tem paralelo em nenhuma obra sobre o Brasil até hoje publicada. Mais de 100 mapas de nosso país, entre físicos, políticos, econômicos, demográficos e históricos, valem, com sua qualidade de apresentação e atualidade de informação, por um verdadeiro atlas. É também tratada com destaque a iconografia referente à Portugal e à América latina,





o que proporcionará ao leitor uma imagem mais adequada de nossa formação cultural. (Grande Enciclopédia Delta Larousse, Prefácio dos editores)

O verbete *índio* da GEDL retoma, em grande medida, acepções e sentidos já divulgados nas obras anteriores, mas, como ocorre frequentemente no discurso enciclopédico, algumas modificações e acréscimos trazem novos sentidos e apontam para outras regularidades discursivas. Primeiramente, observamos que o verbete *índio* é mais conciso do que os da GEPB e da EBM. Porém, há no final do verbete uma remissão ao verbete *indígena*, e, neste último, encontramos um longo texto que apresenta imagens de índios, o que indica um movimento de sentido, de modo a se contemplar no verbete *indígena* sentidos que na GEPB e na EBM eram inseridos mais amplamente no verbete *índio*.⁷ Realizamos, então, a análise desses dois verbetes. Vejamos inicialmente o verbete *índio*:

Índio adj. S. m. Diz-se de ou o natural da Índia própria; depois dos descobrimentos, diz-se mais ordinariamente do ou o natural da Índia imprópria, o indígena da América, amerígena, ameríndio. (V. encicl.) | Indiano; hindu. | (bras. RS) Peão gaúcho empregado nas estâncias. | (bras. RS) Valentão; indivíduo corajoso, disposto. | (bras., RJ) Papagaio de papel que se solta ao vento, | (bras, AL) Variedade de papagaio de papel. || Herál. Figura humana, apresentada nua, em carnação, composta de uma tanga e adornada de cocar. (Emprega-se em heráldica brasileira, geralmente como tenente a empunhar armas [tacape, arco e flechas].) V. SELVAGEM. || Numis. Antiga moeda de prata, portuguesa, do tempo de D. Manuel, cunhada em memória do descobrimento da Índia.

As populações autóctones da América, bastante numerosas, são divididas em várias centenas de grupos étnicos, distribuídos em numerosas áreas culturais. Na América do Norte encontram-se os esquimós e os aleutas ao N, os peles-vermelhas ao centro, os pueblos ao S. Na América Central,

7 Tal migração de sentido de um nome a outro explica-se por um funcionamento discursivo na relação entre a língua portuguesa e a língua francesa, tal como mostram F. Mazière e S. L. Gallo em uma análise das palavras *índio*, *indígena*, *brasileiro* — e de outras relacionadas — em uma série histórica de dicionários. Segundo as autoras,

Lembremos que *indígena*, que funciona sempre como nome em francês, serve de sinônimo, por definição, de *índio* sob a forma de substantivo (não há hiperonímia), mas é categorizado *adjetivo* nos dicionários do século XX. Podemos adiantar que é do interior da semântica discursiva que se confirma a formação da dupla *índio*, substantivo, *indígena*, adjetivo, falso morfológicamente, em língua, mas com um funcionamento inegável na hiperlíngua brasileira. As práticas languageiras as mais banais para os brasileiros, e as mais estranhas para os ouvidos dos estrangeiros, testemunham então o apagamento dos traços de consciência discursiva no interior das normatizações da língua." (MAZIÈRE; GALLO, 2007, p. 49).

Assim, notamos que, no discurso da GEDL, que consiste em uma tradução/adaptação de uma enciclopédia francesa, o par *índio*/*indígena* funciona diferentemente das outras enciclopédias analisadas, de maneira que o verbete *indígena* incorpora descrições antropológicas e etnográficas mais extensas, tal como acontece no verbete *índio* das outras enciclopédias.



sucederam-se diferentes grupos em torno das civilizações tolteca, asteca, e maia. Na América do Sul, desenvolveram-se ao longo da vertente andina do Pacífico, as civilizações pré-incaicas e incas. A bacia amazônica e as Antilhas serviram de domínio a um vasto conjunto cultural (Arawak, caríbas, tupis-guaranis); mais ao S, instalaram-se os patagões, os araucanos e os fueguinos. V. INDÍGENA. (Grande Enciclopédia Delta Larousse, 1972)

A parte linguística do verbete retoma por paráfrase os sentidos de “natural da Índia”, de “indiano”, de “peão gaúcho empregado nas estâncias”; os sentidos do sujeito “valentão”, “corajoso”, “disposto” e a “variedade de papagaio”, “selvagem”. Há uma nova acepção, indicada como especialidade da heráldica: “Figura humana, apresentada nua, em carnação, composta de uma tanga e adornada de cocar. (Emprega-se em heráldica brasileira, geralmente como tenente a empunhar armas [tacape, arco e flechas]”. É interessante notar que a descrição dessa figura humana corresponde bem à imagem do índio no desenho presente no verbete da EBM, a do índio heroico. Mas, dessa vez, essa figura humana está estampada em uma heráldica brasileira de tenente, de modo que aí a figura do índio participa da identidade nacional no discurso militar, de formação de tenentes, diretamente ligado ao Estado nacional. E há também a memória portuguesa do descobrimento da Índia, com a moeda que lá toma o nome de índio.

Na parte enciclopédica, salientam-se as “populações autóctones”, sua quantidade e variação em “centenas de grupos étnicos”, distribuídos em numerosas áreas culturais”. Com essa perspectiva cultural, e não física, como nas enciclopédias anteriores, vemos outra entrada na questão do índio, a qual será expandida no verbete *indígena*, que passaremos em seguida a analisar.

O verbete *indígena* é bastante extenso; por isso, mostraremos apenas as imagens e as sequências selecionadas pelo recorte de análise. Começamos pela introdução do verbete, em que se observa um retorno do discurso científico próximo do divulgador, com a menção de nomes de autores (Hrdlicka, Paul Rivet, Varnhagen, Pandiá Calógeras, Julian Steward e outros), de correntes científicas, de hipóteses, de fatos que marcam o aparecimento de conceitos etc. E o que vem acrescentar significativamente em relação a essa memória discursiva constituída anteriormente é um deslocamento conceitual e científico, que afeta o discurso iconográfico. Vejamos as imagens que nesse ponto do verbete são inseridas, para, em seguida, analisar os discursos socioeconômicos que as acompanham:

INDÍGENAS



krahô



karajá



suyá



tukuna



kamayurá



iroquês



oiana



jivaro



mexicano



caraiiba

O painel exibe uma composição de retratos e de enquadramentos de grupos de índios em atividades coletivas, rituais. A prevalência dos retratos lembra as fotos antropológicas e etnológicas do início do século, que identificam tipos étnicos, como no verbete da GEPB, porém, com algumas diferenças: os retratos da Delta Larousse não visam a explicitar de modo objetivo os caracteres físicos dos sujeitos, mas, antes, os aspectos artísticos e culturais: adornos, pinturas, vestimentas rituais, gestos, comportamentos. São marcas da identidade sociocultural de cada grupo. Considere-se que as fotos coloridas favorecem a significação dos adornos, das pinturas, dos objetos culturais, de modo a salientar também a diversidade cultural.

Há duas exceções nessa série: são duas fotos que reúnem grupos de índios. Elas são acompanhadas de legendas que indicam o nome do grupo: *karajá* e *kamayurá*. Essas imagens se distinguem daquelas dos retratos por indicarem atividades coletivas de rituais e de mitos, como os de origem e de morte, tal como o ritual do Kuarup entre os Kamayurá.

Tais deslocamentos em direção a significações rituais e sociais são traços do discurso sobre o índio, segundo o qual os critérios raciais, étnicos, culturais não são suficientes para qualificá-lo, diante da miscigenação e dos contatos com a sociedade nacional. Daí irrompe uma definição identitária do índio, que contempla sua relação com a *comunidade* em que se insere, vista como distinta da *sociedade brasileira*:

Atualmente, torna-se impossível tentar qualificar a população aborígene brasileira à luz de critérios estritamente raciais e culturais, inoperantes em face da



intensa miscigenação ocorrida entre brancos, negros e índios, ao longo da história. Isso obriga, com vistas à caracterização do indígena, o uso de conceitos que possam parecer subjetivos, por envolver juízos de valor e estereótipos. No entanto, tal conceituação é a que mais se aproxima do propósito prático de distinguir o índio dos demais brasileiros, além de ser a que melhor reflete as condições em que se encontra hoje a população tribal de nosso país, após quatro séculos de contatos com brancos e negros, contatos esses que bem justificam o modo pelo qual o indígena encara a sociedade nacional e é, por sua vez, encarado por esta. Assim, entende-se como população indígena aquêle contingente humano que se mantém vinculado a uma tradição pré-colombiana, por costumes, hábitos ou meras identificações étnicas, e que como consequência, apresenta problemas de inadaptação à sociedade nacional, em suas diversas variantes. Mais exatamente, índio é todo indivíduo reconhecido como membro por uma comunidade que se identifica como diversa da sociedade brasileira, sendo, por seu turno, considerado como pertencente a uma comunidade indígena pela população ameríndia do Brasil, onde até os grupos altamente mestiçados jamais deixam de ser indígenas, tanto pela impossibilidade de seus membros se inserirem na estrutura econômica nacional, quanto pelo conceito que fazem de si próprios e o consenso da população brasileira a seu respeito. (Grande Enciclopédia Delta Larousse)

Juntamente com o discurso identitário, e em sua sustentação, deparamo-nos, no verbete, com duas seções que abordam questões sociais das populações indígenas: a primeira contemplando a *organização econômica dos grupos* como “parte integrante de sua organização social”, envolvendo temas como a agricultura, a caça e a pesca, a coleta, as tecnologias, os modos de produção etc.; e a segunda, a *organização social dos grupos*, com temas como a família, instituições como o matrimônio e suas variáveis e o parentesco. Tudo isso confere sentido à identidade do índio, ao mesmo tempo em que indica o espaço científico em que tais direcionamentos sustentam-se, com ênfase para a sociologia, aliada às disciplinas antropológicas e étnicas, que, como vimos, abordavam o índio desde a GEPB.

Conclusão

Observar os sentidos de índio nas enciclopédias levou a trazer à tona alguns dos discursos que surgiram desde o contato entre o Velho e o Novo Mundo. As enciclopédias tornam-se, assim, um produtivo observatório dos discursos, das estabilizações e das transformações de sentido em certas instâncias históricas. Trata-se de uma redução do saber, proporcionada por um instrumento que reúne certo feixe de discursos, de modos de enunciação, de formações discursivas, para produ-





zir uma formulação com diferentes configurações de proximidade/distância entre o enciclopedista, o leitor e as fontes de saber sobre os índios, sobre os indígenas, sobre os povos indígenas, sobre as populações indígenas etc..

Tomar como ponto de partida o discurso iconográfico conduziu a atentar para a especificidade da materialidade do não-verbal, considerando-se, ao mesmo tempo, a relação complexa com o verbal. As três enciclopédias analisadas tendem à tipologia de dicionário enciclopédico, que se divide em uma seção linguística e em uma seção enciclopédica. Na seção linguística, predominou o espaço-tempo luso-brasileiro, que, desde a descoberta do Novo-Mundo, estabeleceu uma significação do espaço: do caminho das Índias ao caminho do Novo Mundo; daí, de um equívoco inicial envolvendo o “índio americano” e o “indiano”, até chegar no espaço brasileiro, em que o índio aparece inicialmente como “selvagem primitivo” isolado ou inserido de algum modo na sociedade, como na relação de trabalho junto aos colonizadores (“empregado nas estâncias”). As sucessivas edições indicaram uma inserção cada vez maior na sociedade nacional, bem como uma visão heroica do índio, com qualidades morais acentuadas, como a coragem e a disposição para as lutas de formação da nação.

Na seção enciclopédica, notamos a presença inaugural do discurso científico antropológico, seguida das perspectivas etnológica e, mais recentemente, socioeconômica. O discurso científico aparece na GEPB e na GEDL de modo a aproximar o discurso acadêmico do leitor, mostrando regularmente autores, obras, conceitos, descobertas, instituições. Enquanto isso, a EBM apresenta um discurso de divulgação para um público mais amplo e de menor contato com o discurso científico. Há aí uma enunciação controversa, que coloca em questão alguns discursos em circulação e apresenta afirmações ao modo da transparência, de acordo com a perspectiva informacional e pragmática que adota. O silenciamento de autores, de obras e de conceitos faz parte dessa redução do discurso científico à informação, como uma condição mesma de sua concisão e de seu didatismo. A imagem artística do desenho, de certo modo, substitui a fotografia de pretensão científica e documental da ciência, de modo a se produzir uma imagem ideal do índio heroico.

A passagem do estudo antropológico, da classificação das raças e das espécies, na GEPB (índios como tipos antropológicos e povos étnicos), deu lugar, na EBM, à questão da formação da nação (participação nas lutas de constituição da nação e influência cultural) e, em seguida, na GEDL, à definição de índio não somente pelo tipo antropológico e etnográfico, mas, sobretudo, pela identidade socioeconômica. Temos, então, um processo em que a antropologia – que, na primeira enciclopédia, surge com primazia (ANTROP.) – vai, a cada passo, dando espaço para a etnografia, para a sociologia e para a economia. O papel do Estado





destaca-se no momento de nacionalização da enciclopédia, quando a participação dos índios na formação da nação ganha espaço, e, mais recentemente, com o papel de protetor dos índios na criação das reservas indígenas.

O discurso iconográfico nas enciclopédias tem um lugar cada vez mais amplo com as transformações tecnológicas. Vimos que as diferentes tipologias do não-verbal (retrato em preto-e-branco, desenho, composição de fotos a cores) produzem sentidos específicos em cada caso, de acordo com os discursos que elas sustentam. Também foi produtivo notar como se dá o trabalho de arquivo na prática enciclopédica, que envolve posições editoriais, institucionais, científicas. Essa atenção à materialidade do não-verbal faz repensar alguns conceitos da análise de discurso, como o de interdiscurso, tendo em vista compreender outros processos discursivos e outros modos de funcionamento, bem como refletir sobre alguns procedimentos metodológicos. Acreditamos que o estudo discursivo da iconografia indígena traz uma dupla colaboração, na medida em que alia a pesquisa histórica e o trabalho de arquivo ao conhecimento das novas formas textuais (em nosso caso, enciclopédicas), cada vez mais afetadas pelas imagens.

Referências

ANDRADE, M. de. *A Enciclopédia Brasileira*. São Paulo: Editora Giordano Ltda/Edições Loyola/Edusp, 1993.

DENIKER, J. *Les races et les peuples de la Terre*. 2ª ed. Paris: Masson et C^{ie}, Editeurs, 1926 [1900].

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre/Recife: Editôra Mérito S. A., 1967 [1959].

GARCIA, D. A. *A Revista do IHGB e o saber linguístico: um gesto de documentação*. Tese de Doutorado. São José do Rio Preto: IBILCE/UNESP, 2011.

GRANDE ENCICLOPÉDIA DELTA LAROUSSE. Rio de Janeiro: Editora Delta S. A., 1972.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1936-1960.





HONÓRIO, M. A. Novas leituras sobre o Brasil: a construção de um saber lexical no processo de escolarização indígena. In: J. H. Nunes, M. Petter (Orgs.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. Campinas: Pontes, São Paulo: EDUSP, 2002, p. 163-190.

MARIANI, B. *Colonização Linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, J. H. . Enciclopédia, Estado e Escola: os Sentidos de Música. In: E. Guimarães (Org.). *Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 Anos de História*. 1ed. Campinas: LABEURB, 2013, v. 1, pp. 137-158.

NUNES, J. H. O texto na documentação linguística. São José do Rio Preto: UNESP/ Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, 2006, p. 5-18.

NUNES, J. H. . A cidade enquanto objeto do discurso enciclopédico. *Rua* (UNICAMP), v. 20, pp. 1-20, 2014.

ORLANDI, E. P. E. Orlandi. *Terra à Vista - discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

ORLANDI, E. P. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. *Rua*, Campinas, 1:35-47, 1995.

ORLANDI, E. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: E. Orlandi (Org.). *Para uma enciclopédia discursiva da cidade*. Campinas: Pontes, 2003. p.7-20.

PECHEUX, M. *O discurso estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PECHEUX, M. Papel da Memória. In: M. PECHEUX, J-L. DURAND, J. DAVAL-LON, P. ACHARD. *Papel da memória*. Campinas: Pontes Editores, 1999, p. 49-57.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: E. P. Orlandi (org.), *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66.

PINAULT, M. *L'Encyclopédie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

SILVEIRA, A. *Enciclopédia Brasileira*. Edição patrocinada pela Fundação Edmundo Bittencourt. Tomo I, A-Anzol-de-tenda. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1958.

SOUZA, T. C. C. de. Gestos de interpretação e olhar(es) nas fotos de Curt Nimuendajú: índios no Brasil. *Revista FSA, Teresina*, v. 10, n. 2, art. 16, pp. 287-301, Abr./Jun. 2013. Disponível em: <http://www2.fsanet.com.br/revista>.

